Situação da Agricultura e Apresentação da Resolução do 10º Congresso

Adélia Vilas Boas – Direcção da CNA

Caras companheiras e caros companheiros,

Agricultoras e agricultores,

Delegados a este grandioso 10º Congresso da CNA e da Agricultura Familiar,

Podemos dizê-lo já que é, de facto, um grande Congresso!

É esta a força da Agricultura Familiar, que nos une e nos faz dizer "presente" quando somos chamados a discutir o nosso futuro!

Um auditório cheio para afirmar que queremos continuar a trabalhar e a viver com dignidade nos nossos campos e nas nossas terras!

Que queremos continuar a produzir e a contribuir para o desenvolvimento do nosso país!

Companheiras e companheiros,

Realizamos este Congresso num tempo de grandes dificuldades para os agricultores, para o Mundo Rural e para o nosso País.

Mas é preciso afirmar, com toda a clareza, que aquilo que está a acontecer à agricultura portuguesa não é inevitável.

Não é inevitável o desaparecimento de milhares de explorações, o abandono do interior, a concentração da terra e da produção.

Não é inevitável trabalhar e tirar pouco rendimento.

Tudo isto são consequências de opções políticas.

De décadas de políticas agrícolas, nacionais e europeias, que favoreceram a liberalização dos mercados, a concentração da terra, da produção e dos apoios, e o crescente poder do agronegócio e da grande distribuição.

E quem pagou a pesada factura foram os pequenos e médios agricultores e a Agricultura Familiar.

Por isso, há uma ideia que deve atravessar toda a Resolução que hoje apresentamos e que é o lema do nosso Congresso e o centro da nossa luta:

Produção, alimentação e Soberania Alimentar

Porque em rendimento não há agricultores.

Sem agricultores não há produção nacional.

E sem produção nacional não há soberania alimentar.

Portugal não pode entregar a alimentação de todo um povo aos mercados internacionais e aos interesses e à ganância de meia dúzia de grandes grupos económicos.

Contudo, importamos cada vez mais alimentos, incluindo cereais que podíamos produzir e que são a base da alimentação - do nosso pão!

A nossa balança alimentar continua deficitária, ao mesmo tempo que continuamos a perder agricultores e terra produtiva.

Isto demonstra a diferença entre Segurança Alimentar, ou seja, simplesmente ter alimentos disponíveis, e possuir Soberania Alimentar.

Soberania Alimentar, conceito definido pela Via Campesina, há 30 anos, que é o direito dos povos a decidirem o que produzem, como produzem e como se alimentam.

É colocar quem produz e quem consome no centro das políticas, e acima dos interesses dos mercados e das multinacionais.

E é, por isso, uma luta que diz respeito não apenas aos agricultores, mas a todo o povo português.

Também temos de dizer claramente que a PAC - Política Agrícola Comum nos afasta da Soberania Alimentar e não dá resposta aos problemas estruturais da nossa agricultura.

Desde a aplicação da PAC em Portugal desapareceram mais de 400 mil explorações agrícolas, sobretudo as pequenas e médias.

E a distribuição dos apoios continua profundamente injusta.

As pequenas explorações, que são a maioria esmagadora dos agricultores, recebem apenas uma pequena parcela dos apoios.

Enquanto uma minoria de grandes explorações concentra a grande fatia das ajudas públicas.

Não podemos aceitar esta injustiça!

Assim como não aceitamos que a PAC pós-2027 agrave esta desigualdade!

Não aceitamos os cortes nos fundos destinados à agricultura, para aumentar o dinheiro destinado à indústria da guerra.

Somos gente de paz, dizemos não à guerra!

Também não aceitamos a diluição da PAC num fundo único.

A agricultura precisa de um orçamento próprio, autónomo e reforçado, com uma distribuição justa das ajudas, atribuídas a quem de facto produz e trabalha a terra.

Nenhuma política agrícola trará benefícios ao país se não resolver aquele que é o problema central dos agricultores: o rendimento!

Nos últimos anos aumentaram brutalmente os preços dos combustíveis, fertilizantes, fitofármacos, rações…

Tudo o que é necessário para produzir está mais caro!

E sempre que existe uma crise internacional os custos sobem imediatamente para o agricultor.

Mas no momento de vender, o preço pago ao produtor continua esmagado!

Ao mesmo tempo, os consumidores pagam cada vez mais pela sua comida!

Pelo meio continuam a exercer o seu "quero, posso e mando" as grandes cadeias de distribuição, que dominam o mercado de bens agro-alimentares impondo as suas condições!

Aumentam margens e acumulam lucros!

E o agricultor, que produz, investe, trabalha e assume o risco, fica com as migalhas do valor criado na cadeia alimentar.

O problema fundamental do rendimento dos agricultores não pode ser resolvido apenas com subsídios ou medidas extraordinárias!

Ou com anúncios de milhões que, muitas vezes, são tostões, chegam tarde – quando chegam – e depois de as despesas terem sido suportadas.

Exigimos preços justos e remuneradores, para o azeite, o leite, o vinho, a fruta, a carne ou os cereais... tudo aquilo que produzimos.

Preços que cubram os custos de produção, remunerem dignamente o trabalho e permitam continuar a produzir.

Para isso exigimos uma lei que proíba a compra de produtos agrícolas abaixo dos custos de produção.

Exigimos transparência ao longo da cadeia alimentar, para sabermos quanto recebe o agricultor, quanto fica na transformação, quanto fica na distribuição e quanto paga o consumidor.

Exigimos intervenção pública nos combustíveis, na energia e nos fertilizantes para combater a especulação.

Companheiras e companheiros,

A vida de quem produz depende do acesso à terra, à água e às sementes.

Mas também aqui assistimos à concentração e à apropriação de recursos fundamentais por grandes grupos económicos, pelos fundos de investimento e pelas utilizações não agrícolas – como centrais fotovoltaicas, entre outros.

A água tende a concentrar-se nas grandes explorações intensivas e até as sementes e o património genético enfrentam processos de apropriação e patenteamento.

A CNA reafirma que a terra, a água, as sementes e os recursos naturais não podem tornar-se em mero instrumento de especulação, para benefício de uns poucos, à custa da população e do planeta.

Sabemos igualmente que as alterações climáticas vieram impactar as nossas explorações, com secas, incêndios, tempestades, cheias, granizo ou ondas de calor cada vez mais extremos e frequentes, que destroem produção e rendimento.

Mas recusamos que sejam os pequenos agricultores a pagar a factura ambiental de um modelo económico que não criamos e que não queremos.

Defendemos um caminho alternativo ao modelo de produção industrial.

Defendemos a agroecologia.

Defendemos a produção de proximidade, os circuitos curtos e afirmamos a Agricultura Familiar como resposta!

Caras delegadas e caros delegados,

Portugal tem uma das populações agrícolas mais envelhecidas da Europa.

E não será com discursos ocasionais sobre juventude ou com um cheque à instalação que resolveremos este problema.

Os jovens precisam de terra, rendimento, serviços públicos, habitação e perspectivas de futuro.

Companheiras e companheiros,

Hoje, todos os dias, e todos os anos, é preciso reconhecer o papel essencial das mulheres agricultoras.

Há demasiado tempo que parte significativa do seu trabalho permanece invisível. No campo, na gestão da exploração, na família e na comunidade.

Nós, mulheres agricultoras e rurais, exigimos reconhecimento efectivo, protecção social, condições para a titularidade das explorações, serviços públicos nas nossas terras, participação plena, em condições de igualdade e livre de violências.

Também a digitalização e as novas tecnologias devem estar ao serviço dos agricultores e não transformar-se em novos instrumentos de desigualdade.

Não aceitamos que a chamada modernização signifique fechar serviços agrícolas e obrigar um agricultor a resolver tudo através de aplicações e plataformas digitais.

A tecnologia deve de servir para simplificar, aproximar serviços e melhorar a vida de quem produz.

E exigimos protecção dos dados e acesso democrático!

Companheiros,

A Agricultura Familiar desempenha um papel insubstituível no território.

Produz, gera emprego, mantem aldeias vivas.

E onde existe território ocupado, com agricultura, pecuária e pastoreio, é mais fácil prevenir incêndios.

Por isso exigimos do Governo e do Ministério da Agricultura medidas que impeçam o abandono forçado da produção, impondo-se a compensação atempada e adequada pelos prejuízos causados por animais selvagens.

Precisamos de todas e ainda mais explorações para manter o território coeso e vivo!

E para isso é necessário concretizar o Estatuto da Agricultura Familiar e cumprir a Declaração dos Direitos Camponeses!

Precisamos de um verdadeiro programa integrado de promoção e valorização da Agricultura Familiar, com meios e financiamento público para o concretizar.

Esta nossa luta envolve também a floresta.

Não podemos exigir aos pequenos proprietários que limpem e invistam continuamente, se o rendimento não paga sequer estes trabalhos.

Exigimos preços justos para a madeira e rendimento para os pequenos e médios produtores florestais!

No ano em que assinalamos 50 Anos da Lei dos Baldios, afirmamos que defender os Baldios é defender um património que pertence às comunidades e rejeitamos todas as tentativas, incluindo as políticas, que retirem aos Compartes a capacidade de decidir sobre aquilo que é seu.

Defender os baldios é uma responsabilidade colectiva que aqui assumimos, com compromisso, união e acção.

Caros delegados e delegadas,

Nenhuma destas transformações que reclamamos acontecerá apenas porque temos razão.

A nossa história, da CNA e Filiadas, tem-nos mostrado que aquilo que conquistámos foi resultado de proposta, organização, solidariedade e muita luta.

Nas instituições, em Portugal e em Bruxelas, nas aldeias e nas ruas, em concentrações e grandes manifestações!

Afirmamos aqui com toda a convicção que recusamos fechar as portas.

Queremos mais novos e jovens agricultoras e agricultores e uma agricultura com direitos!

Queremos mais produção nacional, preços justos e rendimento digno!

Uma floresta produtiva e cuidada, os Baldios nas mãos dos Compartes.

Serviços públicos de qualidade no Mundo Rural.

Terra e água ao serviço de quem produz.

Um país soberano, com capacidade para decidir o que produz, como produz e como alimenta o seu povo.

Companheiras,

A Agricultura Familiar tem futuro e é solução para o futuro!

E esse futuro terá de ser construído e conquistado, com propostas, organização e solidariedade, com uma CNA e Filiadas fortes.

Foi assim que chegámos até aqui.

Será assim que avançaremos.

Por um País que produz os seus alimentos e respeita quem trabalha a terra!

Por um País que não abandona o interior, não entrega a sua agricultura aos fundos de investimento, ao agronegócio e à grande distribuição!

Esse País é possível, com organização, unidade, mobilização e luta!

Do 10º Congresso saímos, por isso, com um compromisso renovado para os próximos anos:

Intensificar a luta em defesa da Agricultura Familiar com futuro e por um Mundo Rural vivo.

Em defesa da Produção Nacional e da Soberania Alimentar do nosso povo!

Sempre com os Agricultores e com as Agricultoras!

Viva o 10º Congresso da CNA!

Viva a Agricultura Familiar!

Viva a CNA e as suas Filiadas!